

A pesquisa em televisão digital no Brasil: apontamento sobre o levantamento bibliográfico realizado de 1995-2008 sobre o assunto¹

Research on digital television in Brazil:
Notes on the literature review from 1995-2008 on the subject

**Renan Xavier, Juliano Maurício de Carvalho, Patrícia Benetti Ikeda,
Gabriela Estefano Reis Cleto**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01,
Vargem Limpa, Bauru, SP, Brasil
renan.xavier@gmail.com, juliano@faac.unesp.br, patriciabenneti@gmail.com, gabicleto@yahoo.com.br

Resumo. No Brasil, a discussão sobre a substituição do sinal televisivo analógico pelo digital e seu impacto na sociedade, nas empresas de comunicação e no governo teve início na década de 90. Os passos embrionários para a digitalização do sinal televisivo terrestre foram no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), com avanços no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002). A academia inicia a discussão em 1996. Este artigo tem o objetivo de trazer à tona os resultados obtidos a partir da pesquisa “Televisão digital: uma perspectiva histórica”, que recebeu o apoio do CNPq para financiamento de duas bolsas de Iniciação Científica entre agosto de 2008 e julho de 2009. O projeto tratou de identificar o que foi publicado sobre o assunto no campo de Ciências Sociais e a partir de três macrodescritores (gestão da informação, políticas públicas e cadeia de valor), disponibilizando o levantamento em um acervo virtual bibliográfico inovador na plataforma Zotero. O mapeamento deixa em evidência o crescente interesse e desenvolvimento da pesquisa na área no país no período – quando a quantidade saltou de três obras nos primeiros sete anos (1995-2001) para 198 nos últimos sete anos (2002- 2008). A pesquisa procurou identificar os principais autores e obras relacionados à televisão digital e publicadas no país. O levantamento levou em conta livros, artigos publicados em livros, periódicos, anais da Compós e Intercom, além de dissertações e teses. Os dados e reflexões sobre o levantamento estão contidos nesta comunicação.

Palavras-chave: televisão digital, gestão da informação, políticas de comunicação, cadeia de valor, levantamento bibliográfico.

Abstract. In Brazil, the discussion about the replacement of analog television signals to digital and its impact on society, in media companies and government began in the 90s. Embryonic steps towards digitalisation of the television signal ground were the government of Fernando Collor de Mello (1990-1992), with advances during the government of Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) and in the government of Luiz Inacio Lula da Silva (2002). The academy starts the discussion in 1996. This article aims to bring to light the results obtained from the survey “Digital television: a historical perspective”, which received the support of CNPq for funding of two scholarships for scientific initiation between August 2008 and July 2009. The project sought to identify what has been published on the subject in the field of Social Sciences and from three macrodescritores (information management, public policy and value chain), providing the lifting of a virtual collection Zotero bibliographic innovative platform. The mapping serves to show the growing interest and development of research in the country during the period - when the number jumped to three works in the first seven years (1995-2001) to 198 in the last seven years (2002-2008). The research sought to identify the major authors and works related to digital television and published in the country. The survey took into account books, articles published in books, journals, Annals of Compós and Intercom, and dissertations and theses. Data and reflections on the survey are contained in this communication.

Key words: digital TV, information management, communication policies, value chain, bibliography.

¹ Apresentado no I Simpósio Internacional de Televisão Digital – I SIMTVD, em Bauru, 2009.

No Brasil, a discussão sobre a substituição do sinal televisivo analógico pelo digital na sociedade, nas empresas de comunicação e no governo teve início na década de 1990. Os passos embrionários para a digitalização do sinal televisivo terrestre foram dados no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), com avanços no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002), quando a questão recebeu maior atenção pública a partir de dois momentos de grande cobertura midiática – o lançamento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD) em 2003, por meio do decreto nº 4.901 (Brasil, 2003) e a definição pelo padrão tecnológico japonês ISDB-T como padrão do sistema, em 29 de junho de 2006².

No campo das Ciências Sociais, a academia iniciou a discussão sobre a digitalização da televisão e as implicações de sua implantação no Brasil no ano de 1996, quando foram lançadas as obras *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*, de organização de André Parente e *A nova televisão – desmassificação e o impasse das grandes redes*, de Nelson Hoineff. Parente se propõe a reunir “questões e pensamentos sobre as novas tecnologias da imagem que pontuam nossa atualidade, no nível dos saberes artísticos e científicos” (Parente, 1999, p. 7) a partir do ponto de vista de diversos autores que pensam o papel e a relação entre mídias e a sociedade, enquanto Hoineff procura antever a problemática com a digitalização do sinal, subsidiado pelo processo que já acontecia nos Estados Unidos e Europa. Por não se tratar em detalhes da televisão digital e sim da digitalização, a obra de Parente não é considerada no levantamento bibliográfico.

Dentre os trabalhos que fazem parte do levantamento e que foram publicados no período inicial estão *Televisão digital: os desafios econômicos e tecnológicos*, de Pedro Braumann (2000), e *Televisão interactiva: do imaginário à realidade*, de Abreu e Silva (2000). Ambos foram publicados por pesquisadores portugueses na *Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación* (Eptic) no ano de 2000. Esses dados confirmam a falta de debate e de atenção pública dadas ao processo de digitalização no Brasil.

A obra *Televisão Interactiva: do imaginário à realidade* de Abreu e Silva (2000) aborda primeiramente o caráter tecnológico da televisão digital, apresentando os recursos que essa inovação tecnológica pode trazer. No segundo momento, os autores se concentram no comportamento da sociedade frente a essa nova ferramenta, entretanto não trazem muita novidade ao considerar a segmentação do público frente à grande oferta de conteúdo, a possibilidade de alargamento de relações sociais ou a consequente individualização da sociedade.

Já na obra *Televisão digital: os desafios econômicos e tecnológicos*, Braumann (2000) analisa a evolução do mercado televisivo de Portugal e reflete sobre a digitalização da televisão no país a partir dos dados apresentados. A contribuição é de relevância na medida em que traz informações importantes que podem ajudar na aplicação do caso brasileiro, entretanto não se deve esquecer a necessidade de adaptação à realidade de cada país.

Este estudo revela que a obra de Hoineff, de 1996, é pioneira na abordagem do assunto, mesmo que vislumbre ações e movimentos que não aconteceram. Há mais de uma década, Hoineff apontava para o fim da televisão como se conhecia e para o início de uma nova TV – segmentada, temática, programada e, finalmente, desmassificada:

O caminho da massificação para a desmassificação parece irremediável, mesmo se considerarmos o ambiente analógico – e fica bastante óbvio quando se leva em conta o ambiente digital. Mas este não é de modo algum um caminho simples. Constitui uma trajetória do veículo que não altera apenas uma dimensão do veículo, mas toda a sua economia e sobretudo um conceito que lhe é vital. Para quem é feita – e de que é feita, afinal, a televisão (Hoineff, 1996, p. 54).

Depois de 13 anos de publicação, a televisão brasileira transmitida via ondas hertzianas ainda se mantém viva, assim como suas principais características de veículo massivo, com conteúdo próximo às massas e de modelo de negócio baseado na publicidade. Mesmo que tenha o fim decretado para 2016, quando está sendo agendado o fim das transmissões terrestres analógicas, não há consenso sobre o futu-

² Em junho de 2006 foi instituído o decreto nº 5.820, em que o padrão tecnológico japonês ISDB-T foi definido como base do SBTVD-T. Foi estipulada também a criação de um Fórum composto por representantes do setor de radiodifusão, do setor industrial e da comunidade científica tecnológica a fim de assessorar o Comitê de Desenvolvimento “acerca de políticas e assuntos técnicos referentes à aprovação de inovações tecnológicas, especificações, desenvolvimento e implantação do SBTVD-T” (Brasil, 2006).

ro da televisão brasileira a partir de então. Se, por um lado, foi perceptível a vontade política a partir da criação do SBTVD, orientado³ para um mercado mais amplo e plural – com mais canais, conteúdos diferenciados e diferentes produtores e para as demandas da sociedade e os interesses nacionais, por outro, há presença de grupos transnacionais, como os fortes grupos de tecnologia de informação (telefonia, TV por assinatura, *broadcasters* e grandes produtores de mídia), grupos nacionais (empresas de comunicação, lideradas pelo grupo Globo e reunidas em torno da ABERT (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão) e representantes parlamentares ligados a interesses particulares. Este embate de titãs, movido, sobremaneira, por interesses econômicos e políticos, não permitiu reflexão livre da população sobre a importância do processo de digitalização. A discussão real das implicações da digitalização (positivas e negativas) do sinal passaram longe da sociedade.

Isto implica o reconhecimento da existência de uma pluralidade de interesses, relativos a consumidores, emissoras e outros setores da indústria brasileira, os quais, para serem atendidos, devem implicar num cenário formatado com lógica social distinta do velho modelo da TV aberta, oposto, sobretudo, ao horizonte hegemônico de exclusão pelos preços e de controle oligopólico dos mercados culturais. Depende de opções históricas, portanto, aproximar a digitalização da televisão de um mecanismo de aceleração das diferenças sociais e da exclusão social ou de um projeto gerador da maior rede de banda larga digital popular e gratuita, com capacidade de recepção de informação multimídia, agregando valor econômico e social à TV e tornando realidade a convergência com outras mídias (Bolaño e Brittos, 2007, p. 8).

Exatamente esta luta de forças será a responsável pela definição de limites de propriedade e de espaço e regras sobre a produção e sobre os conteúdos neste novo cenário de convergência. Tendo como norte que uma maior democratização dos meios pode vir de um maior acesso por parte da população aos veículos (em seu nível de acesso, produção, gestão e visibilidade), a implantação da televisão digital pode proporcionar mudanças significativas, já que não ocorrerá sem modificações nas normas que regulam a Comunicação de Massa.

La televisión digital es una oportunidad para democratizar las comunicaciones, pero también implica el riesgo que nuestros sistemas de comunicación sigan igual o más concentrados y sin variar sus contenidos, salvo en agregar “más de los mismo”. Es también una oportunidad para el desarrollo de nuevos y creativos usos de la televisión, pero también se corre el riesgo de fracasos comerciales, sociales y culturales. Aprovechar las oportunidades y minimizar los riesgos requiere de un gran esfuerzo intelectual, social y político (Kaplún, 2008, p. 9).

Esta luta, em torno de uma regulamentação coerente e que sirva ao interesse público e não ao interesse comercial neoliberal, tem sido travada com afinco pelos defensores de uma comunicação mais ampla e plural. Prova disso, os movimentos globais de organismos como ONU, UNESCO, a Campanha Cris ou os movimentos em torno da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. No entanto, as discussões técnicas não permitem uma participação do cidadão.

As discussões sobre a comunicação no âmbito global têm sido travadas de maneira incoerente e tendenciosa. Como parte de um processo para diminuir o papel desses importantes organismos (onde cada país tem um voto) foram criadas diversas outras organizações, descentralizando a arena decisória e o próprio processo de definição e de discussão. Como é o caso da UIT (União Internacional de Telecomunicações), que, como ela própria se define, é uma “organização especializada em tecnologias de informação e comunicação”, ou seja, especializada em hardware. O debate em torno da comunicação é subjugado a questões referentes ao acesso à informação e não no processo comunicativo midiático ou na participação da população nesses processos (Pasquali, 2005, p. 19-20).

Faz-se importante perceber o contexto em que os países e cidadãos estão inseridos. Este novo modelo de organização das sociedades definido como Sociedade da Informação representa um modo de desenvolvimento social e econômico onde a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Para que as sociedades

³ Orientado, porém não define instrumentos que operacionalizem a vontade política, sem proposta de financiamento dos canais ou de produção regional.

avancem, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) precisam estar inseridas de maneira natural no cotidiano dos cidadãos. Se há algum tempo a inclusão social se dava com o saber ler, escrever e fazer cálculos, as exigências deste novo cenário são maiores e estão relacionadas à informática. Há aumento na taxa de desemprego, desaparecimento de profissões, tendência à maior competição, ao êxodo urbano. O computador se converte no signo da era.

A Declaração do Milênio, ratificada em 2000 pelos representantes de 191 estados-membros na Assembleia Geral das Nações Unidas, identificou os principais problemas enfrentados pelos países do mundo: luta contra a fome e pobreza, melhoria dos serviços de saúde e do sistema educacional e a promoção da sustentabilidade ambiental. Nestas lutas, as TICs, entre elas a televisão digital, foram apontadas como de grande potencial para contribuir na solução dos problemas, já que podem ampliar a educação formal e informal, atuar na transparência da governança pública e na anulação de mazelas sociais.

Mas o grande debate que vem sendo travado a partir da percepção (i) da valorização das TICs na resolução de problemas sociais e (ii) da penetração das TICs na sociedade, é se será possível incluir digitalmente a todos nesta sociedade, mesmo os excluídos socialmente. Castells (2003, p. 225) já indicava que a internet “é de fato uma tecnologia da liberdade – mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor”. Ou seja, pode-se ter a origem uma nova classe de excluídos, os info-excluídos.

A exclusão digital global que separa ricos e pobres por meio de acesso à internet, foi a principal questão discutida nas duas edições da CMSI (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação), primeira teve como palco Genebra, em 2003, e a segunda Túnis, em 2005 – eventos patrocinados pela ONU.

Anterior ao debate na CMSI, mas não aos debates da UIT (Internacional de Telecomunicações), que em 1998 decidiram pela realização da Cúpula, o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, organizado por Tadao Takahashi e financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, aborda a problemática da exclusão digital e ações que promoveriam a inclusão social pela inclusão digital. A publicação não é específica sobre televisão digital (abordando-a de maneira bastante rápida), mas irá subsidiar nos anos seguintes a sua publicação, diversos estudos e pesquisas na área.

As discussões, anteriormente técnicas, passam a envolver, com o passar dos anos, cada vez mais atores. Na campo das Ciências Sociais, a televisão digital também passou a envolver mais pesquisadores. Uma pesquisa realizada no Lecotec (Laboratório de Estudos de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho aponta para um crescimento no número de publicações referentes ao objeto no campo entre 1995 e 2008. A quantidade de obras saltou, nos primeiros cinco anos, de duas para cento e dezesseis publicações nos últimos três anos analisados (Ikeda e Carvalho, 2009, p. 38). Estes números são capazes de apontar para um interesse crescente nos últimos anos de pesquisas e estudos sobre a televisão digital no país. Mesmo que nem todas as obras tenham sido identificadas em todos esses anos, é perceptível que o objeto ganhou espaço nas discussões acadêmicas.

Com a proposta de subsidiar pesquisas na área a partir da disponibilização virtual de levantamento bibliográfico sobre o assunto teve início o projeto Televisão digital: uma perspectiva histórica. Coordenado pelo professor Juliano Maurício de Carvalho, recebeu o apoio do CNPq para financiamento de duas bolsas de Iniciação Científica entre agosto de 2008 e julho de 2009. Como objetivo final, a criação de um acervo virtual bibliográfico contendo as obras (artigos de periódicos, livros, teses e dissertações), classificadas a partir de três macrodescritores (gestão da informação, políticas públicas e cadeia de valor) e descritores indicados pela UNESCO. O levantamento bibliográfico encontra-se disponível na biblioteca do grupo no Zotero, ferramenta de criação colaborativa de bibliotecas virtuais. Em um segundo momento, um sítio virtual gratuito, de fácil usabilidade e com ferramentas de busca eficientes, será implantado para reunir as informações e facilitar o acesso e a inclusão de novas obras.

A pesquisa identificou 201 obras sobre televisão digital na área de Comunicação entre 1995 e 2008. O mapeamento deixa em evidência o crescente interesse e desenvolvimento da pesquisa na área no país nos últimos 15 anos. A quantidade saltou de três nos primeiros sete anos (1995-2001) para 198 nos últimos sete anos (2002-2008). Apenas nos últimos dois anos de pesquisa, 2007 e 2008, foi identificada a publicação de quase metade das obras (87 de 201, ou 43,28%).

O levantamento levou em conta artigos publicados em livros, periódicos, anais da Compós e Intercom, além de dissertações e teses. Após refinamento, foram identificados 82 artigos em periódicos e 43 em anais, conforme os dados da Tabela 2.

Em relação aos periódicos, as buscas foram realizadas considerando os portais virtuais das publicações. É provável que a busca não tenha encontrado todas as obras publicadas no país desde então, já que alguns periódicos não estão disponíveis na íntegra na internet, principal meio de busca do material. Artigos relacionados à televisão digital foram encontrados nos seguintes periódicos, conforme a Tabela 3.

Em relação aos anais, é importante destacar que houve limite ao desenvolvimento desta pesquisa corretamente pois parte do acervo da Intercom, maior entidade da área de Comunicação encontra-se digitalizada, porém, em disquetes. Por isso, novas pesquisas realizadas diretamente com este material podem identificar artigos e análises sobre a televisão digital nos anos de 1998 a 2000. De qualquer maneira, o material encontrado no portal da entidade, registra a existência de 38 artigos até 2008.

Apenas a título de comparação com o crescente desenvolvimento acadêmico na área, 101 trabalhos foram apresentados no I Simpósio Internacional de Televisão Digital (I SIMTVD) realizado no campus da UNESP em Bauru de 18 a 20 de novembro de 2009.

Quanto aos principais autores identificados a trabalharem artigos ou livros específicos sobre o assunto, tem-se César Bolaño e Valério Brittos, Cosette Castro, Othon Jambeiro, Ana Sílvia Médola e Lauro Henrique Teixeira e Adriana Omena dos Santos.

O levantamento foi incorporado à biblioteca virtual do Zotero. Como não houve a ambição de reunir todas as referências e obras publicadas e sim iniciar um processo com este norte, foi utilizada a ferramenta do Zotero, que permite a inclusão de novas obras e a classificação das mesmas, entre outras funções. O objetivo é de que o acervo seja de inclusão de obras de maneira colaborativa.

A inclusão de novas obras, sejam elas até 2008 ou anteriores a esta data, será estimulada. A discussão sobre a classificação proposta também é encorajada pois a quebra de alguns paradigmas da comunicação com o advento da

Tabela 1. Quantidade de obras por andar

Ano	Quantidade
1996	1
2000	2
2003	16
2004	29
2005	26
2006	30
2007	47
2008	40

Tabela 2. Publicações quanto à natureza.

Livros	50
Anais	43
Periódicos	82
Dissertação	19
Tese	7

Tabela 3: Quantidade de obras quanto aos periódicos.

Periódicos	
Diálogos de la Comunicación	12
Razón e Palabra	8
Telos	8
Televisión & New Media	6
Eptic	6
Verso e Reverso	5
Transinformação	3
Comunicación e Sociedad	3
Conexão	3
Sphera Pública	2

Tabela 4. Quantidade de obras encontrada nos anais da Compós e Intercom.

Anais	
Compós	5
Intercom	38

internet e de novos meios, faz com que a classificação tradicional proposta pelo Thesaurus da Unesco seja insuficiente neste momento. As obras sobre televisão digital, por exemplo, versam sobre os mais diferentes assuntos, abordados pelas óticas da sociologia, direito, comunicação, educação. O assunto é interdisciplinar, assim como a própria comunicação, o que precisa ser levado em conta para uma pesquisa coerente na área. Por isso, se torna impossível classificar com base em classificações anteriores, embora possam ser utilizadas como base. Neste processo de classificação, dois movimentos foram realizados. O primeiro, classificar, após leitura e com o auxílio das palavras-chave, dentre os macrodescritores e descritores da UNESCO previamente apontados. O segundo movimento foi propor novos descritores, com base nas palavras-chave, que pudessem abarcar obras ou conjunto de obras específicas. Como as obras, em geral, não versam sobre um assunto específico, importante perceber que o levantamento poderá ser classificado a partir de pesquisas próprias pelos usuários, com o auxílio de palavras-chave, inerentes às obras e essenciais à sociedade em rede.

A classificação do Thesaurus para a área de Comunicação incluía três macro-descritores: gestão da informação, políticas públicas e cadeia de valor. Todos foram adequados ao objeto televisão digital, consolidando-se na classificação disposta na Tabela 5. Os números referem-se a quantidade de obras encontradas nos períodos estabelecidos com dados atualizados.

Referente à Políticas Públicas estão obras que versam sobre marcos relatórios, sobre o processo de implantação da televisão digital ou sobre políticas para o desenvolvimento do setor, em resumo. Em relação ao segundo descritor, cadeia de valor, enquadraram-se obras que discutem ou propõem modelos de negócio, o mercado audiovisual e mudanças pela ótica da economia. A gestão da informação, terceiro ma-

crodescritores, engloba obras que discutem o processo de administração, rotinas e novas práticas com o processo digital.

A Tabela 6 permite identificar a segmentação da discussão em relação aos três períodos observados. É possível também perceber áreas que ainda não estão sendo pesquisadas de maneira focada.

Importante apontar também, que trata-se de uma proposta de classificação e que a mesma não pretende ser universalizante.

Zotero: a construção do acervo

O Zotero é um *software* livre e de fácil uso, uma extensão do navegador Firefox que ajuda a coletar, manejar e citar fontes de pesquisa⁴, permitindo a criação de bibliotecas públicas ou de uso restrito a membros. Produzido pelo Center of History and New Media e George Mason University, esse gerenciador integrado com a internet pode ser de uso e manutenção colaborativa, possibilitando a redução do trabalho de pesquisadores.

Entre as funções Zotero estão: (a) criar referências completas (revista, autor, ano, etc.) a partir de um único click; (b) anexar arquivos na extensão PDF ou páginas da Web à biblioteca, para acesso imediato; (c) organizar as referências em coleções de arquitetura definida pelo próprio usuário; (d) colaboração e compartilhamento das referências; (e) extração dos metadados dos arquivos; (f) importação (de EndNote por exemplo) e exportação das suas referências para outro software, entre outros.

A escolha do Zotero para a criação do acervo público se justifica pela potencialidade de compartilhamento da informação e benefícios de busca e referência, fundamentais à pesquisa científica. Todas as obras estão classificadas segundo macrodescritores e descritores.

Ao escolher uma obra, dentro de cada pasta ou subpasta, informações como autor, ano,

Tabela 5. Quantidade de obras em relação aos macrodescritores.

	1995-2001	2002-2005	2006-2008
Políticas Públicas e Televisão Digital	1	63	59
Cadeia de Valor e Televisão Digital	1	6	32
Gestão da Informação e Televisão Digital	1	12	26

⁴ Software disponível em www.zotero.org.

Tabela 6. Quantidade de obras em relação a macrodescritores e descritores.

	1995-2001	2002-2005	2006-2008
Políticas Públicas e Televisão Digital	1	63	59
Legislação da radiodifusão		4	11
Controle da Comunicação		0	3
Televisão Digital		48	19
Desenvolvimento em TVD		9	7
Estratégia em TVD		2	4
Acesso à informação		0	15
Cadeia de Valor e Televisão Digital	1	6	32
Economia de Empresas em TVD		0	4
Redes Organizacionais em TVD		1	2
Mercado do Audiovisual em TVD		3	7
Modelo de Negócio em TVD		2	15
Programação em TVD		0	4
Distribuição em TVD		0	0
Gestão da Informação e Televisão Digital	1	12	26
Informação e Desenvolvimento em TVD		9	16
Sistemas de Informação em TVD		1	5
Necessidade de Informação em TVD		2	1
Estudos dos usuários em TVD		0	3
Promoção da Literatura em TVD		0	1

fonte, resumo, página surgem no canto esquerdo da tela. Para ter acesso aos fichamentos, deve-se clicar na aba “Notas”.

As palavras-chave podem ser acessadas por meio da aba “Tags”.

Considerações finais

Este trabalho procura apresentar dados identificados no projeto, apresentando também o acervo criado. O levantamento bibliográfico encontrado permite identificar os principais autores, as principais obras, as principais questões e dilemas que devem ser enfrentados em relação à discussão sobre televisão digital no campo de Ciências Sociais.

Os relatórios finais das pesquisas de Iniciação Científica de Gabriela Cleto e Patrícia Ikeda Benetti (Cleto e Carvalho, 2009; Ikeda e Carvalho, 2009) indicam que:

- publicações trazem mais informações de modelos internacionais e uma mídia que

“deveria ser” e “promete ser” do que reflexões e estudos baseados em subsídios empíricos ou novas propostas para o setor do audiovisual;

- temáticas giram ao redor de perguntas e exemplos internacionais, enquanto são tímidas as pesquisas que propõem um novo tipo de programação, conteúdo ou linguagem;
- mesmo com promessas de novos canais e novas oportunidades visando maior democratização no campo da comunicação, o quadro de concentração de propriedade parece continuar intacto frente ao processo de digitalização;
- otimistas colocam a interatividade como elemento principal na democratização do meio;
- necessidade de um novo marco regulatório das comunicações no país para abarcar inclusão social e digital de maneira coerente.

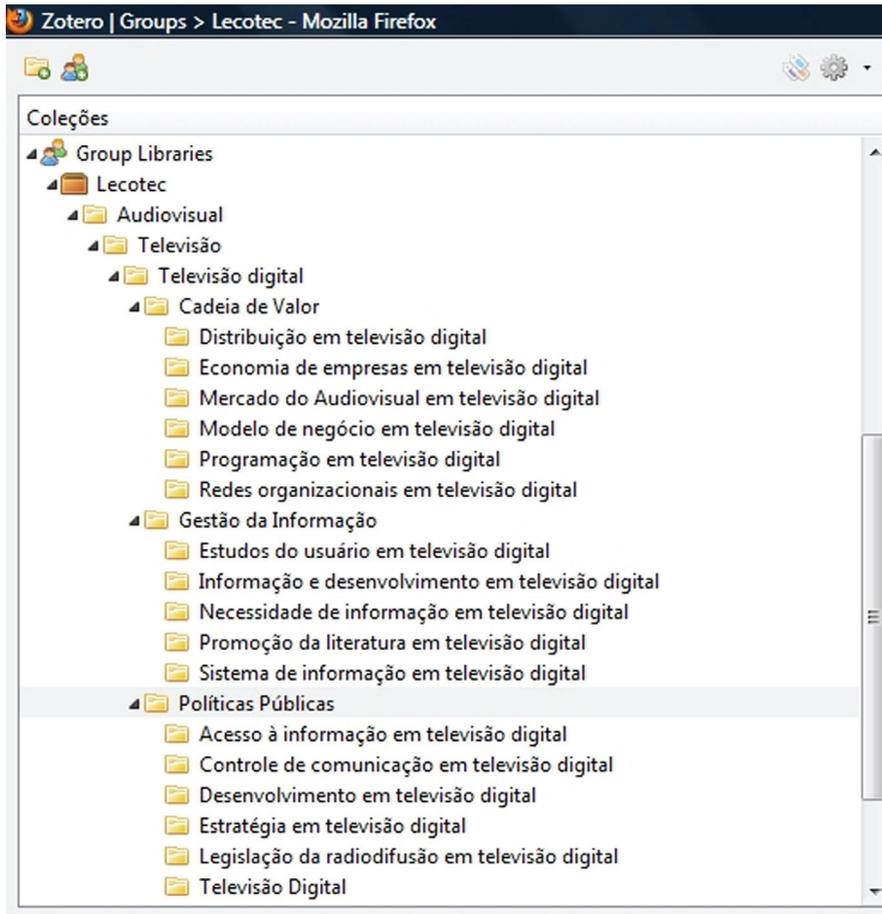


Figura 1: Encadeamento de pastas do grupo Lecotec no Zotero.

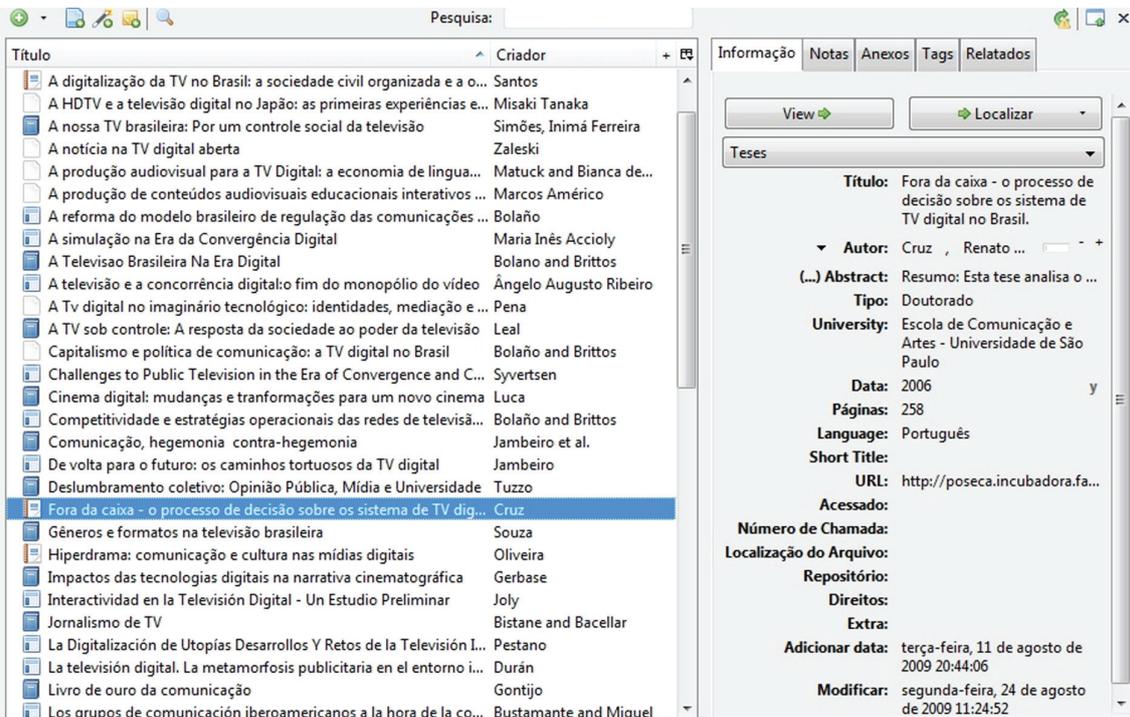


Figura 2. Informações sobre cada obra cadastrada podem ser acessadas.

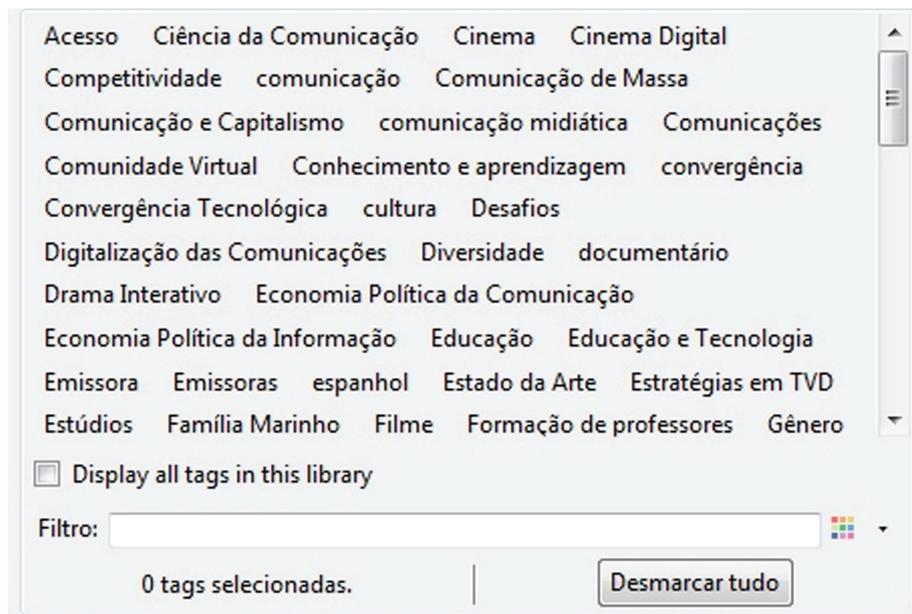


Figura 3. Ferramenta de busca de tags no Zotero.

Referências

- ABREU, J.; SILVA, L. 2000. Televisão interactiva: do imaginário à realidade. *Revista electrónica internacional de economía política de las tecnologías de la información y comunicación*, 2(1):32-39.
- BRASIL. 2006. Ministério das Comunicações. Telecomunicações: TV Digital. Decreto nº 5.820, 29 jun. 2006. Acessado em: 10/02/09, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm
- BRASIL. 2003. Ministério das Comunicações. Telecomunicações: TV Digital. Decreto nº 4.901, 26 nov. 2003. Acessado em: 10/02/09, disponível em <http://sbtvd.cpqd.com.br/downloads>.
- BRAUMANN, P. 2000. Televisão digital: os desafios econômicos e tecnológicos. *Revista electrónica internacional de economía política de las tecnologías de la información y comunicación*, 2(1):21-31.
- BOLAÑO, C.; BRITTOS, V.C. 2007. *A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes*. São Paulo, Paulus, 322 p.
- CASTELLS, M. 2003. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 244 p.
- CLETO, G.; CARVALHO, J.M. 2009. Relatório final da Pesquisa "Televisão Digital: Uma perspectiva histórica". Bauru, UNESP, 83 p.
- IKEDA, P.; CARVALHO, J.M. 2009. Relatório final da Pesquisa "Televisão Digital: Uma perspectiva histórica". Bauru, UNESP, 125 p.
- KAPLÚN, G. 2008. Uruguay y la television digital: decisiones técnicas, (in)decisiones políticas. *Dialogos de la comunicación*, 77. Acesso em: 12/10/2009, disponível em <http://www.dialogosfelafac.net/77/articulos/pdf/77GabrielKaplun.pdf>.
- HOINEFF, N. 1996. *A nova televisão – desmassificação e o impasse das grandes redes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 186 p.
- PASQUALI, A. 2005. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: J. MARQUES DE MELO; L. SATHLER (orgs.), *Direito à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, Editora UMESP, p. 20-42.

Submetido em: 17/05/2010
Aceito em: 14/06/2010